A revanche do comum

Luiz Marques

12/11/2026

1.

Para o filologista Eugen Cizek, em *Mentalidades e instituições romanas*, “na formação das mentalidades, a contribuição mais relevante remete à solidariedade cívica e ao sentimento de pertencimento a uma comunidade dos cidadãos. Mas o sentimento enfraquece no século I a.C. e I d.C. Então surgem as microunidades sociais”. Tais microunidades (leia-se bolsões) reduzem a sensação de pertença e aceleram o declínio na antiga Roma. Nada que nos seja estranho, na atualidade.



Em uma cultura onde a convivialidade é tida por um valor civilizatório, esvaziar as relações, aproximações e confraternizações em jantares intermináveis equivale a um exílio. Solidão atenuada com o fomento dos enclaves sociais e mentais, que endurecem enquanto perdem a ternura. Escudos contra os períodos sombrios.

É o que sucede nas décadas sob o neoliberalismo com a derrisão dos vínculos entre indivíduos e instituições. A globalização estabelece uma racionalidade na economia e na subjetividade humana, em substituição à filiação nos marcos do Estado nacional. O declínio do imperialismo reforça o desamparo em cada tribo.

A cidadania em vez de predicado comunitário converte-se na meta, por suposto, dependente do mérito pessoal. O aplauso às áreas privadas insulta espaços vitais não mercantis. A inovação tecnológica é de proveito da minoria. À maioria sobra a precarização do trabalho e a suspensão do futuro. A fusão do que era sólido e a profanação do sagrado é o motivo da insegurança, explorada por artífices do caos. O custo de vida e a crise climática geram a onda forte que abala a estabilidade da ordem social e faz de vastos setores sociais órfãos carentes de qualquer Estado.

2.

O esgarçamento das desigualdades é o sintoma mais visível, no caos. Os papéis assumidos na luta pela sobrevivência caem feito raios sobre a autonomia pessoal, sem direito à apelação. Sem-terras, sem-tetos, motoristas de aplicativo junto aos trabalhadores informais, moradores periféricos, mulheres, negros são peões dos ajustes fiscais monetaristas. Primeiros descartados no tabuleiro das prioridades. Não cabem no orçamento

público. São peças sobressalentes da engrenagem.

Aos párias, a quem alguns se referem como “os pobres de direita”, resta buscar o “direito ao sol”. Os arrivistas cavam trincheiras na guerra de todos contra todos. Adapte-se ou morra, é o lema. Nas esquinas, com pães feitos em casa para vender ou no semáforo para o serviço aleatório de limpar os para-brisas de carros. “Sim, empreenda em si mesmo”. Não há alternativa. Obedeça, conformado, ao destino.

Para além dos fatos empíricos (violência miliciana, estelionatos, feminicídios), tal explica a premência simbólica por “segurança”, explorada sempre nas campanhas eleitorais. O tema pesado condensa os ataques aos direitos dos mais vulneráveis e escancara a falência do “contrato social”. As minguadas recompensas por um abandono no vale de lágrimas não pagam o sacrifício. Instigam a indignação que se traduz na ojeriza àqueles que, porventura, estejam no exercício da autoridade.

“Se corre puxado pela esperança e impelido pela culpa”, frisa Zygmunt Bauman, em *O mal-estar da modernidade* (no original, *Postmodernity and its Discontents*). O passado ressoa o descanso no turbilhão que torna impossível o contentamento no presente. Com antecedência sabe-se que, tudo, será cancelado no *day after*. A desindustrialização e os aluguéis tipo *Airnb* expulsam os jovens das metrópoles. O capitalismo não surpreende. É um trem veloz desgovernado e fora dos trilhos.

3.

Um irracionalismo ecoa dissonâncias cognitivas. É o cão de guarda do *status quo*. Sua missão: liquidar os ideais iluministas sobre os organismos multilaterais e a Organização das Nações Unidas (ONU). Na tradição dos oprimidos, o Estado de exceção serve de régua. O desafio da política consiste em construir um conceito e uma práxis de história que espelhe a emergência em atender os que mais sofrem. Afinal ser de esquerda significa manter uma profunda empatia com os *losers*.

A dissonância não é exclusiva do núcleo duro do bolsonarismo. Na pandemia, o genocídio teve CPF e CNPJ. O canalha em prisão domiciliar é responsável por 400 mil mortes no Covid-19, por adiar a compra do antivírus e pregar a antivacinação. Indústrias farmacêuticas, idem, têm responsabilidades. Com aval do sociopata na presidência do Brasil, não aceitou quebrar a lucrativa patente dos imunizantes. Em nome da “sagrada propriedade” cometeu, impune, crime de lesa-humanidade.

“*Eppur si muove*”. A virada na reta final durante a epopeia lulista resulta de vários fatores, beneficiados pelo espírito do tempo. Em Niterói, os bravos estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) dão a partida. Nos Estados Unidos, o sucesso dos democratas em redutos de republicanos indica a mudança de rumos na potência arrogante. Na Europa, as manifestações reinventam modalidades de encantamento das multidões, nos protestos. O clamor se espalha a favor da vida e contra seu custo insano na sociedade do egoísmo – com um basta à desolação.

De 2010 em diante, quando o lago da universalidade globalista seca, a grosseria provinciana dos campeões da rejeição à herança do iluminismo liberal é tida como a via de redenção pelos ressentidos nostálgicos, de priscas eras. A volta ao absolutismo se traveste de solução. A distopia explicita o argumento da força na contrarrevolução dos brutos. Analistas lembram os decênios de 1920 e 1930. O debate procura definir o melhor rótulo ao fenômeno. Fascismo? Extrema direita?

4.

Pierre Dardot e Christian Laval, em *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, enxergam no “princípio do comum” a chave para resistir ao neoliberalismo. A lição emerge de movimentos altermundistas e ecologistas. Seu fundamento acha-se no vocábulo “*commons*” e evoca a importante experiência multissecular. Terras “comunais” cercadas para o gozo de particulares, às expensas do interesse geral.

0s protagonistas da “batalha da água” em Cochabamba, na Bolívia, resumem a ópera: “Sofremos um grande roubo, apesar de não sermos proprietários de nada”. Hoje a “ficção proprietária” ameaça a cultura, os

monopólios tecnológicos e a vida das espécies e do planeta. Sem o comum, a cooperação e a paz saem de cena. Sem os comuns mobilizados, a alegria não ergue o punho e a noite escura não permite a visão das estrelas. Os caminhantes perdem-se pelo caminho.

O triunfo de Lula da Silva vincula-se às expectativas da multipolaridade. Recende o empoderamento do discurso dialógico, deixa para trás o discurso monológico. Conquanto as classes dominantes teimem em não ouvir a voz do povo, o sonho de um mundo "comum" (no singular) avança. O novo príncipe na história possui a força dos "comuns" (no plural). Tem as cores da igualdade na diversidade e da liberdade em comunidade. A fraternidade militante conduz mentes e corações.

Amargam a derrota inesperada o poder financeiro e o digital; o empresariado vira-lata e o mega varejo; o agronegócio ecocida e os *influencers*; a mídia corporativa e os preconceitos. Se as privatizações transferem o comum das mãos do Estado às mãos oligárquicas, os comuns transferem a resiliência às pessoas tratadas qual coisas, ressignificando a ação política nas ruas e nas redes sociais da webesfera.

A participação que nutre o 25 de outubro não é mero acaso. Mostra à democracia de gabinete o respeito necessário à vontade popular. A canção de Fito Paez dita os passos da utopia: "*Y hablo de países y de esperanzas / Hablo por la vida, hablo por la nada / Hablo de cambiar esta nuestra casa / De cambiarla por cambiar nomás*".

***Luiz Marques** é Docente de Ciência Política na UFRGS; ex-Secretário de Estado da Cultura / RS.*

Compartilhe nas redes: